Diálogo sobre a mulher

LIA Z. MACHADO

A Coleção *Perspectivas Antropológicas da Mulher* * sob a direção de Bruna Franchetto, Maria Laura Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn foi inaugurada, com dois volumes, em 1981. A importância e atualidade do tema, aliados ao excelente nível dos textos escolhidos, permitem prever que a coleção veio para ficar.

A proposta é muito interessante: um espaço para que a produção intelectual sobre a mulher dialogue com o movimento social de mulheres, com o feminismo.

Antropologia e Feminismo em confronto

No primeiro artigo, as diretoras da coleção como autoras analisam o feminismo do ponto de vista da antropologia. O objetivo é desnaturalizar a categoria mulher.

Na perspectiva antropológica, os gêneros feminino e masculino são construções sociais. Assim, não existe *a mulher*, mas *mulheres* segundo as variações culturais. Sigamos os passos das autoras.

O feminismo, diferentemente, postula a existência da categoria genérica mulher. A condição biológica da mulher funda sua identidade universal e é a base da opressão, subordinação e exploração pelo mundo masculino. Para Simone de Beauvoir (1949) "a opressão feminina origina-se do fato de a mulher reproduzir, repetir a vida" (Franchetto, Cavalcanti e Heilborn, 1981). Para Firestone (1976), "a con-

---

* FRANCHETTO, CAVALCANTI HEILBORN (org.) — Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio, Zahar, 1981, v. 1 e 2.

dição feminina redunda da biologia, da maternidade: é a fisiologia do corpo feminino que constitui a condenação primária do indivíduo mulher" (Franchetto, Cavalcanti e Heilborn, 1981). O feminismo, através da categoria genérica mulher parece estar presente em alguns trabalhos antropológicos como o de Gayle Rubin (1975), contrapondo-se à "tradição da antropologia que é a relativização das categorias de análise".

Há ainda uma outra modalidade de discurso feminista que postula a existência de sociedades sem classes onde não há o exercício de opressão da mulher pelo homem. A opressão feminina é então generalizada para as sociedades de classes, tal como na formulação de Engels. No entanto, o desenvolvimento da própria antropologia permite afirmar que "sociedade matrilinear" não é sinônimo de poder feminino, de matriarcado. É apenas uma modalidade de organização das regras de descendência. Lá as atividades públicas rituais são também controlados pelos homens.

Se não se trata de reintroduzir a universalidade da opressão feminina, a antropologia reintroduz por essa via a questão da universalidade da assimetria de poder entre homens e mulheres. Veja-se, por exemplo, o trabalho de Rosaldo e Atkinson (1975), indicado no artigo, sobre a assimetria sexual entre os Ilongot das Filipinas.

O leitor pode então se perguntar: aproximar-se-iam aqui antropologia e feminismo?

A proposta das autoras é de que se a universalidade da assimetria de poder entre os gêneros permanece uma questão não totalmente resolvida e explicada, esta não é a principal questão antropológica. O primordial seria desvendar a diversidade cultural da construção social das noções de gênero e da sua assimetria. Por outro lado, a antropologia permite explicar porque a proposição da universalidade (ou quase universalidade) da subordinação feminina toma uma posição de destaque no movimento feminista e na sua produção intelectual mais difundida.

Para o feminismo, "a mulher se descobre ou se quer, como sujeito de seu próprio corpo, de sua sexualidade, de sua vida..., se arroga um espaço exclusivo de atuação política". (Franchetto, Cavalcanti e Heilborn, 1981). Constrói ideologicamente a categoria mulher como universal e a sua história: o passado onde a mulher não tinha consciência de sua opressão e de seu constrangimento pelas determinações de seu "lugar feminino" na família e na sociedade; o

presente que cumpre modificar e o futuro de sua liberdade como sujeito. Não mais obedecerá às regras estabelecidas sob o domínio masculino.

O feminismo postula a necessidade de se constituir a mulher como indivíduo de plenos direitos, igual e livre, por diferença com um passado onde foi sempre oprimida. O domínio "público" não deverá ser mais espaço exclusivo do homem. O domínio "privado" não será mais hierarquizado. Lá também deverão prevalecer os interesses individualistas.

De uma forma não explícita, parece-me que as autoras estão indicando algumas contribuições críticas que a visão antropológica pode dar ao feminismo. Permite evidenciar o exacerbamento do igualitarismo entre os sexos inerentes à solução, aventada por alguns setores feministas dos "bebês de proveta". Esclarece porque a prática feminista tem tido mais sucesso entre as classes médias, mais sensíveis às formulações explícitas do ideário individualista. Quem sabe, permite também evidenciar a contradição inerente na proposta de educação coletiva de crianças: o absoluto individualismo dos pais versus a absoluta coletivização das crianças conforme aventou Eunice Durham no Seminário da ANPOCS em 1981.

Mas não é só apenas a visão antropológica que traz contribuições críticas ao feminismo. O feminismo também parece trazer contribuições críticas ao exercício antropológico. Antes de explicitar esta questão, e para poder chegar lá, façamos uma incursão sobre a noção de individualismo utilizada pelas autoras.

Ao definirem ideologia individualista as autoras seguem os passos do antropólogo francês Dumont. Há sociedade "individualista" e "igualitária" onde as necessidades da sociedade são ignoradas ou subordinadas às dos indivíduos e onde o indivíduo é definido como "ser moral, independente, autônomo e assim não social" (Dumont, 1977). A sociedade "holista" e "hierárquica" que, a grosso modo, parece englobar quase todas as sociedades não ocidentais é sua antítese: "valoriza em primeiro lugar a ordem, portanto, a conformidade de cada elemento com seu papel no conjunto" (Dumont, 1977). Este esquema reintroduz a tradição clássica dicotômica entre gemeinschaft e gesellschaft de Tonnies, de *status* e contrato de Maine e, na sua trilha, a também clássica divisão entre sociedades tradicionais e modernas. As sociedades concretas são subsumidas a essas duas categorias, cujas qualificações parecem ser apontadas num quadro conceitual em que

elas serão sempre antitéticas, uma, o negativo da outra. Do meu ponto de vista, introduz-se assim um viés ideológico e deforma-se o conhecimento das características das sociedades concretas. Só se falará das qualificações que poderão ser dispostas num eixo de oposição.

Há uma outra ressalva que gostaria de fazer. Conforme Dumont deixa bem claro, a construção de seus modelos: "individualismo" e "igualitarismo" versus "holismo" e "hierarquia", obedece apenas às diferenças encontradas no plano da *ideologia,* que ele define como um "conjunto de idéias e valores comuns numa sociedade" (Dumont, 1977). Ao considerar possível analisar isoladamente a dimensão ideológica na forma como a entende, deixa muito pouco clara a articulação entre idéias, valores e práticas e em especial a sua conceituação de realidade e da articulação entre ideologia e real.

Não considero positivo um esquema classificatório que permita distinguir sociedades segundo seus valores ideológicos contrapostos antiteticamente. Corre-se o risco de apenas indicar diferenças. Está abdicando de explicar a dimensão ideológica. Constata-se apenas.

Não se trata de ter dúvidas sobre a preeminência da concepção ideológica do individualismo nas sociedades ocidentais. Trata-se, no entanto, de não buscar caracterizá-lo como o contrário do holismo e da hierarquia. Trata-se de analisar suas diversas faces, suas diversas modalidades de se apresentar nas diferentes classes sociais e formações sociais e, mais ainda, de buscar suas determinações. Talvez neste último ponto esteja a questão fundamental. Não me parece que Dumont pretenda ou queira chegar às determinações. Estou, portanto, falando de uma questão de opção teórica.

Se as formulações de Dumont sobre o individualismo devem ter propiciado às autoras a caracterização do feminismo como desdobramento do individualismo, o artigo marca em alguns pontos uma distância em relação a Dumont.

As autoras propõem uma abordagem, ainda que apenas expressiva e indicativa, da distância e articulação entre ideologia e real. O feminismo enquanto movimento individualista e igualitarista é definido como *utópico* porque "não foi essa lógica que dominou em todos os grupos sociais e nas sociedades conhecidas". Considero esta formulação pouco elaborada pois nada nos é adiantado sobre as razões pelas quais "essa lógica não dominou". Por que não é possível o

igualitarismo e o individualismo plenos? É porque operaria antiteticamente um princípio holista e hierárquico? Se tal fosse o caso, como se articulariam os dois princípios? Ou é porque a lógica das relações sociais estruturais não é idêntica à lógica da dimensão ideológica?

A necessidade de refletir teoricamente sobre a relação entre idéias, valores e práticas também está implicitamente presente no trabalho em foco. Segundo as autoras, o feminismo é fundamentalmente o "desdobramento da ideologia individualista sobre um dos domínios mais renitentes à destotalização: a família" (p. 35). Assim, o feminismo nasceu no bojo da autonomização da sexualidade e da nuclearização da família. É parte e força social para o desenvolvimento desses processos. Esses processos não estão sendo apenas pensados como idéias e valores, mas também como práticas. Essa inserção do feminismo nesses processos parece pedir explicações sobre as mediações entre a dimensão estrutural das relações sociais e a dimensão ideológica, sob pena de se autonomizar a última.

Se Dumont valoriza positivamente a sociedade holista pela sua potencialidade de integração dos elementos no todo e de gerar harmonia social, as autoras valorizam a concepção individualista no momento em que mostram o feminismo como força de transformação social. Essa diferença é explicitada pela autora (p. 37). Parece-me que na caracterização do movimento feminista como utópico e capaz de transformação social está contida uma reflexão bastante criativa sobre as relações entre feminismo e antropologia.

Ao postular a mulher como indivíduo de pleno direito, livre e igual não só no domínio público como no privado, o feminismo torna politicamente relevante a esfera das relações pessoais. O "pessoal é político". Pode-se também entender esta afirmação como o "privado é social". Nas palavras das autoras: "o feminismo valoriza a experiência individual, relativiza-a, descobre-a no interior do social" (p. 42). Pode-se então concluir, nas minhas palavras: o *feminismo "faz antropologia"*. Relativiza alguns valores da sociedade ocidental. Faz instaurar ideologicamente a mediação entre os domínios privado e público. Propõe, por exemplo, que a violência privada é uma violência social e, portanto, deve ser denunciada publicamente. Contrapõe-se assim à ruptura em alguns aspectos quase "sagrada" dos domínios público e privado nas sociedades ocidentais. Mostra a "construção social de gêneros" através da denún-

cia do arbítrio contido na diferenciação de comportamentos e atitudes exigidas e permitidas aos homens e proibidas às mulheres ou vice-versa.

Se a antropologia toma o feminismo como objeto, desvendendo seu "bias", sua perspectiva ideológica, o feminismo faz antropologia ao relativizar e desnaturalizar as características correntes do homem e da mulher.

Permito-me ir mais adiante. Quem sabe o feminismo não está contribuindo, ou não pode vir a contribuir para desvendar alguns "bias" da antropologia, ou melhor, dos antropólogos? O feminino, na nossa sociedade, por exemplo, está articulado ao frágil, doce, emotivo, irracional, ao esquerdo enfim. O masculino ao forte, duro, ao controle, ao racional, ao direito, enfim. O feminismo está também articulado ao não individualizado, à pessoa/elemento que faz parte e depende do todo, à famíla, enquanto o masculino está articulado ao individualizado, ao elemento autônomo independente do todo, independente da família, e que se posiciona no público. Não consigo deixar de ver uma analogia e uma articulação com as dicotomias: comunidade e sociedade, vontade essencial ou espontânea e vontade arbitrária ou refletida, *status e* contrato. Os primeiros elementos de cada par são relativos ao todo, à integração, ao íntimo, ao interior. Os segundos elementos são relativos às partes, ao contrato entre elementos independentes, ao "fora", ao exterior. Os primeiros elementos parecem-me femininos, os segundos masculinos. Pergunto-me se esse esquema dicotômico retomado por Dumont mas tão presente nas ciências sociais não é engendrado pelos mesmos esquemas ideológicos apontados acima. Não é um seu desdobramento?

Se o feminismo relativiza o esquema antitético referente à construção de gêneros, não teria a antropologia que relativizar suas próprias categorias dicotômicas e não substantivá-las transformando-as em conceitos analíticos? Não seria a própria ideologia individualista que estaria informando a contraposição antitética entre indivíduo e "todo"? Impedindo de estabelecer as mediações específicas entre as individualidades e o todo e entre o privado e o público nas mais diferentes sociedades?

Mulheres Ideais

Mulheres faveladas, mulheres velhas e mulheres nos romances de Delly são os três temas desenvolvidos nos pri-

meiros dois volumes de Perspectivas Antropológicas da Mulher.

Os objetivos que informam a escolha dos temas podem ser encontrados na imbricação entre a tradição antropológica e as questões colocadas pelo feminismo. São por isso duplamente interessantes.

Tania Salem pergunta-se sobre a identidade das mulheres faveladas. Myriam M. L. de Barros sobre a identidade das mulheres velhas. Rosane Manhães Prado sobre a imagem de mulher presente nos romances de Delly (pseudônimo de dois escritores franceses e irmãos) escritos no início do século e bastante lidos no Brasil até a década de 60, especialmente pelas jovens das "classes médias". Em todos os trabalhos está presente a questão da identificação da mulher com o domínio privado e implicitamente um posicionamento das autoras frente à questão.

No primeiro artigo conclui-se que o âmbito doméstico é o referencial da construção da identidade das mulheres faveladas. O trânsito pelo domínio público não é por elas legitimado ainda mesmo quando o fazem como mulheres que sobrevivem basicamente às suas próprias custas, sem companheiros ou com companheiros intermitentes. É o homem que tem "índole" e facilidade para o trabalho. Ela, a "índole" de cuidar da casa e da prole. "Com a venda nos olhos" é uma expressão utilizada por uma das entrevistadas e resgatada pela autora como título do artigo. A escolha dessa expressão indica uma valorização negativa e um sentimento de perda por parte da pesquisadora ao encontrar mulheres fortes que se vêem como impotentes, fracas e frágeis e que responsabilizam ou o homem ou o destino pelos seus fracassos e por suas vitórias. Ao legitimarem apenas o domínio privado, colocam a figura masculina como intermediária em relação ao mundo público mesmo quando de fato não há companheiro. O homem é "salvador" ou "vilão". E tanto menor a presença ou atuação do homem, tanto mais a mulher se sentirá desamparada e se verá como frágil e impotente.

A autora do segundo artigo valoriza positivamente a atuação das suas entrevistadas, um grupo de mulheres velhas de "classe média" que realizam atividades junto à Ação Católica Brasileira. A velhice se constitui para essas mulheres um projeto de vida com uma característica especial. É um "ajuste final de contas". Parece-me bastante interessante e

feliz a caracterização feita do ajuste de contas como caráter específico do projeto da velhice. Essas mulheres querem, com premência, deixar marcado o que fizeram. Pensam suas atividades junto a Igreja como trabalho, isto é, como atividade pública. Ao exacerbarem seu lado público, dirigindo-se para um mundo não restrito à esfera doméstica, contrastam com o tipo de velhice mais comum nas mulheres das camadas médias: a velhice recolhida. Segundo a autora, as mulheres velhas do grupo entrevistado mostram um alto grau de elaboração de projeto e de consciência de sua individualidade singular (v. 2, p. 56) pois "como elemento da hierarquia familiar, não há espaço para a mulher-indivíduo e não é aí que ela conseguirá *status* enquanto indivíduo" (v. 2, p. 62). É a própria autora quem afirma explicitamente ter sido este "projeto na esfera pública" que tornou as entrevistadas simpáticas a seus olhos, estabelecendo uma identificação recíproca: "mulheres que trabalham fora" e por isso, "jovens" porque "modernas".

Rosane Manhães Prado, autora do terceiro artigo, ao concluí-lo, indaga como deve ter sido a assimilação da leitura dos romances de Delly. Quem teria cumprido o ideal de heroína? Quem teria querido ser a anti-heroína arriscando-se ao castigo social para mudar as coisas? (v. 2, p. 109). A heroína é a mulher que exclusivamente vive no mundo doméstico, se é poetisa ou música o é somente aí; é dependente do marido ou do cura para escolher leituras ou se aconselhar; considera-se responsável pelo bom andamento das relações com o marido; cedo até o limite que considera justo para se aproximar do marido e, por ser virtuosa, desperta o amor do herói endurecido. Em contraste o homem vive no mundo público, tem sob sua dependência familiares e a mulher, é independente, é orgulhoso e duro e finalmente é conquistado pela limpidez de alma da mulher. As figuras do anti-herói e das anti-heroínas duplicam e reforçam essas imagens dicotômicas. Muitas das características dos anti-heróis são características das heroínas: delicado, gentil, sensato, calmo, fraco, doce, suave, benevolente, piedoso, simpático, amável, terno, puro. E muitas das características das anti-heroínas são as dos heróis: agressiva, irascível, ousada, dura, autoritária, insinuante, exuberante, audaciosa. Características positivas dos homens são assim transformadas em negativas nas mulheres e vice-versa. É aí que a autora se pergunta: quem teria a coragem de não ser heroína? E o que aconteceu às que seguiram o modelo da he-

roína? Está claro que a autora não aceita o ideal de mulher proposto na figura da heroína.

Não sei se por ter sido leitora de Delly, li com imenso prazer o artigo que, muito bem construído, articula de modo claro a estrutura dos romances. Gostaria de destacar a afirmação da autora de que se o homem é para a mulher a figura intermediária face ao mundo público, a mulher é para o homem a figura que faz as mediações com o âmbito das relações personalizadas no ambiente doméstico, com as emoções e com o íntimo e o interior. Se a primeira faceta da "divisão de trabalho" entre os gêneros já tem sido apontada em diversos trabalhos de antropólogos, a segunda faceta ainda não fora suficientemente enfatizada.

Parece-me inequívoco que as três autoras, ao indagarem sobre a imagem da mulher diante dos domínios público e privado, estão inspiradas nas propostas e questões feministas. Fazem antropologia ao mostrarem a construção social do gênero e ao relativizarem a categoria mulher em diferentes contextos. Mas a partir dos textos se pode também inferir sobre a posição comum das autoras quanto a um *modelo de mulher ideal*, que, em seus contornos gerais, é o legitimado pelo feminismo. É pressupondo a possibilidade de a mulher estar presente no domínio público e de reordenar as relações hierárquicas na família que se indagam sobre a situação de diferentes categorias e grupos de mulheres. É assim que se pode entender porque no primeiro artigo enfatiza-se a mulher favelada como aquela que está "com a venda nos olhos". Seria necessário retirar a venda para não mais ser atribuída a explicação de sua situação ao destino e ao homem, para entendê-la através dos determinantes de classe e de gênero e se posicionar não mais como frágil e impotente. Deste ponto de vista, o segundo tema representa a possibilidade de realização da proposta feminista de as mulheres se identificarem com o domínio público, não mais com o privado. O terceiro tema denuncia o quanto os romances de Delly transmitem um ideal de mulher absolutamente tradicional e antagônico às propostas feministas. Segundo Delly as mulheres que se "aventuram" no domínio público e/ou que, no domínio privado, não se situam numa posição de dependência e obediência ao homem, são frívolas, fúteis, dissimuladas, exibidas, abusadas e acabam sempre como perdedoras. Rosane Prado ainda insinua que os valores que envolvem as heroínas de Delly são ainda hoje, ao menos em parte, vivenciados.

Em uma palavra, nos três textos, as mulheres ideais são as mulheres que se identificam no e pelo domínio público e que não aceitam a posição subordinada no domínio privado.

Vejo mais mérito do que demérito no fato da presença implícita da mulher ideal nos artigos em foco. Não advogo a velha posição de neutralidade. Ao contrário. O questionar sobre a realidade social supõe um envolvimento e um posicionar-se do pesquisador. O que estou propondo é uma reflexão sobre este envolvimento.

A mensagem valorizadora de um determinado tipo de mulher contida nos textos em análise parece-me ter um duplo sentido: positivo e negativo. Se afirma a possibilidade de transformação, pode nos afastar do entendimento das razões das mulheres faveladas se situarem privilegiadamente no âmbito doméstico. Essas mulheres não estariam valorizando positivamente a família estabilizada num casal e a divisão de trabalho entre os sexos como modalidade mais eficaz na estratégia de reprodução e melhoria de vida? As próprias condições de existência das classes populares parecem cada vez mais necessitar de um esforço familiar "coletivo" para a sobrevivência. As representações como apenas obscurecedoras das determinações de classe e de gênero precisam pois ser relativizadas.

Por outro lado, ao valorizar a mulher que se situa no domínio público, acredito que estamos sobrevalorizando as posições das mulheres de classe média nessa condição, isto é, aquelas que vêem no trabalho uma "forma de realização". Estamos também nos afastando do entendimento de suas razões derivadas das condições de classe. Myriam Barros nos fala de que, quanto mais diferenciadas sejam as vivências dos atores, serão tanto maiores as possibilidades de elaboração de projetos individuais e, portanto, da percepção de si como individualidade singular. As mulheres velhas com atividades públicas têm acesso a essas vivências diferenciadas. Para Tania Salem as mulheres faveladas não têm acesso a vivências diferenciadas porque o seu trabalho mais freqüente é o emprego doméstico que apenas reproduz o domínio privado. Seriam as faveladas então "menos" individuadades singulares que as mulheres de classes médias que trabalham? Teriam "menos" condições de elaborar projetos? É meu ponto de vista que uma caracterização substantiva é melhor que a qualificação por "menos" ou "mais". Se o conceito de "projeto" no texto de Myriam Barros está inspirado nos fenomenólogos, especialmente Schutz, não vejo por-

que "projeto" deve estar preferencialmente referido a algumas sociedades e grupos e não a outros. Em Schutz, o conceito deve operar universalmente (Schutz, 1979). Neste sentido, considero que as propostas das mulheres faveladas sobre a vida familiar, o casamento, etc. constituem-se em projetos.

Ainda segundo Tania Salem "o universo mental das mulheres faveladas é habitado por relações personalistas e particularizadas" (v. 1, p. 63). As relações impessoais escapariam a seu controle. Assim, quando em contato com elas, tendem a "privatizar" as relações públicas. O exemplo dado é o da relação das mulheres com o INAMPS. Pergunto-me se é o universo mental das mulheres que é habitado por relações personalistas e particularizadas ou se são as relações particularizadas e personalizadas estratégicas para a obtenção de um melhor atendimento no INAMPS? Por que estamos sempre identificando o personalizado e o particularizado ao feminino?

Volto assim à questão maior que estou propondo no decorrer dessas reflexões, tanto na primeira como nesta segunda parte. Será que nós, intelectuais, não estamos privilegiando o impessoal e o público e os identificando ao universal, ao racional, ao desenvolvido? E até mesmo ao masculino? Não estamos operando a mesma dicotomia que encontramos nos "objetos" socio-culturais analisados?

No entanto, contrastando os trabalhos de Myriam Barros e Tania Salem pode-se encontrar argumentos para contradizer alguns cortes dicotômicos tais como os acima expostos. Se a comparação dá margem a que as mulheres velhas de classe média sejam "mais" indivíduos, "mais" públicas, "mais" impessoais do que as faveladas e apontar assim para a já falada contraposição "individualismo versus holismo", fica absolutamente claro, por outro lado, que as ordenações cognitivas e valorativas das mulheres faveladas são informadas e fecundadas pela e na ideologia individualista. Há entre as mulheres "crença nas possibilidades absolutas individuais" e "crença na magia, no destino e na sorte."

Essa associação entre crença no individualismo e no destino foi bem analisada por Eduardo Viveiros de Castro e Benzaquen de Araújo (1977). De acordo com eles, por diferença com várias outras sociedades onde o cósmico e o social estão incluídos no mesmo sistema, desde os primórdios da ideologia ocidental se dá uma relação imediatizada entre indivíduo e cosmos. A liberdade individual está assim res-

trita aos limites das determinações cósmicas. Recorrendo-se a este texto, pode-se concluir que as crenças nas possibilidades absolutas individuais e no destino não são exclusivas de mulheres ou de favelados. O que há de específico é o modo pelo qual as condições de classe e de gênero conformam modalidades diferenciadas da vivência das concepções individualistas.

Introduzi aqui o texto de Eduardo Viveiros de Castro e Benzaquen de Araújo porque completa o que Tania Salem detectou mas não elaborou profundamente. Para a autora a crença no individualismo e no destino são qualificadas pelo que não são. São denominadas "indeterminações". Ao invés das mulheres explicarem sua situação pela dupla determinação de classe e gênero, a explicam pela sua dupla indeterminação: responsabilizam o homem e/ou o destino. A associação entre indivíduo e destino na ideologia ocidental permite também corrigir um certo psicologismo inerente nas afirmações de Tania Salem para explicar "o apelo à magia": "a interveniência da sorte se fará presente quando o indivíduo se vir defrontado com situações sobre as quais não tem ou não vislumbra formas de controle", (v. 2, p. 65).

Em resumo, o contraste entre o trabalho sobre as mulheres velhas de classe média e sobre as mulheres faveladas permite afirmar que as duas categorias participam de uma mesma ideologia individualista ainda que em modalidades específicas. Não se trata pois de dois "mundos" justapostos mas de duas formas de realização específicas e articuladas de um mesmo mundo.

Ao terminar essas reflexões, gostaria de situar o contexto do meu diálogo com as autoras. Procurei ir além do que está claramente explicitado nos textos. Tinha um objetivo: buscar caracterizar o que os textos revelam sobre o modo como nós antropólogos "lemos" o mundo, definimos o que é público e privado, masculino e feminino, impessoal e pessoal, racional e irracional. Quero deixar claro que me afastei em muito de uma tarefa de resenhar os livros ou de avaliá-los.

O que posso dizer a respeito de seu lugar nos estudos antropológicos é sobre seu valor incontestável tanto por exercerem uma investigação empírica quanto por demonstrarem um bom nível de elaboração teórica. Veja-se por exemplo o contraste e a articulação que Tania Salem faz entre o interacionismo simbólico, a etnometodologia, a fenomenologia e Bourdieu.

A respeito do seu lugar nos estudos sobre mulher, considero que propiciam uma caracterização aprofundada de diferentes modalidades de ser mulher nas atuais condições brasileiras. São, enfim, artigos muito bem escritos, claros e extremamente agradáveis, a serem lidos não só nos meios acadêmicos como pelos movimentos feministas e pelos interessados e interessadas em geral a respeito da mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. *Le deuxième sexe.* Paris, Gallimard, 1949.

CASTRO, Eduardo Viveiros de & BENZAQUEN DE ARAÚJO. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, Gilberto (org.) — *Arte e sociedade.* Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

DUMONT, Louis. *Homo aequalis.* Paris, Gallimard, 1977.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo.* Rio de Janeiro, Labor do Brasil, 1976.

ROSALDO & ATKINSON. Man the hunter: metaphors for the sexes in Ilongot magical spells, and interpretation of symbolism. In: WILLIS, R. (org.) *The interpretation of symbolism.* Nova York, 1975. (Asa Studies, 3).

RUBIN, Gayle. The traffic in women: note on the political economy of sex. In: RAPPER (org.) *Toward an anthropology of women.* Nova York, 1975.

SCHUTZ, Alfred. Ação e planejamento e liberdade, escolha e interesse. In: WAGNER (org.) *Fenomenologia e relações sociais;* textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.